



A CRIANÇA NA VIOLÊNCIA INTERPARENTAL: UM ESTUDO DE CASOSⁱ

Manuel Menezes¹ⁱⁱ,

Sónia Ribeiro²

¹Instituto Superior Miguel Torga, ICNOVA,
Portugal,

²Instituto Superior Miguel Torga, TRIE,
Portugal

Resumo:

A exposição das crianças aos diversos tipos de violência no meio familiar, traz consequências nefastas para o seu desenvolvimento. É fulcral analisar as consequências da violência interpARENTAL nas crianças que lhe são expostas. Constata-se a existência de alguns estudos sobre esta problemática. O objetivo deste estudo, num primeiro momento, consiste em analisar as histórias de vida de adolescentes expostos à violência interpARENTAL, bem como as características da violência interpARENTAL a que foram expostos, mais especificamente os intervenientes, o contexto, os tipos e a frequência da mesma. Num segundo momento, pretende-se analisar as reações destes adolescentes a esta violência, como as emocionais, comportamentais, atribuições de culpa, estratégias de coping, consequências e perspetiva futura. Optámos pela metodologia qualitativa, pelo estudo de caso, com múltiplos casos (três), sendo o instrumento de avaliação utilizado a entrevista semiestruturada. A amostra é não probabilística e de conveniência, constituída por três adolescentes com idades compreendidas entre os 13 e os 15 anos, expostos à violência interpARENTAL, entre os seus pais. No presente estudo as vítimas diretas são mulheres, parecendo existir uma tendência para os adolescentes intervirem nas agressões, no sentido de defenderem a progenitora. O espaço onde os ataques ocorrem é o doméstico e apresentam um carácter contínuo. Constatamos que os adolescentes expostos à violência interpARENTAL entre os seus pais saem profundamente afetados a nível psicológico, mas também a outros níveis, como o social ou o escolar. Evidenciam um impacto negativo, muito semelhante aos das crianças diretamente vitimadas, como podemos constatar não só pelas consequências emocionais e comportamentais, mas também pelos medos, insegurança, ansiedade, autorresponsabilização e estratégias de coping utilizadas.

Palavras-chave: crianças; exposição à violência interpARENTAL; consequências

ⁱ THE CHILD IN INTERPARENTAL VIOLENCE: A CASE STUDY

ⁱⁱ Correspondence: email manuel.d.menezes@gmail.com; soperib@gmail.com.

Abstract:

The exposure of children to different types of violence in the family environment has harmful consequences for their development. It is essential to analyze the consequences of interparental violence on children who are exposed to it. The objective of this study, initially, is to analyze the life stories of adolescents exposed to interparental violence, as well as the characteristics of the domestic violence to which they were exposed, more specifically, the participants, the context, types, and their frequency. Secondly, we intend to analyze the reactions of these adolescents to this violence, such as emotional, behavioral, attribution of blame, coping strategies, consequences, and future perspectives. We opted for the qualitative methodology, the case study, with multiple cases (three), using the semi-structured interview as the evaluation instrument. The sample is non-probabilistic and by convenience, consisting of three adolescents aged between 13 and 15 exposed to domestic violence between their parents. In the present study, the direct victims are women, and there appears to be a tendency for adolescents to intervene in attacks to defend their mothers. The space where the attacks occur is domestic, and the violence is continuous over time. We found that adolescents exposed to domestic violence between their parents are deeply affected on a psychological level but also other levels, such as social or academic. They show a negative impact, very similar to that of directly victimized children, as we can see not only through the emotional and behavioral consequences but also through the fears, insecurity, anxiety, self-responsibility, and coping strategies used.

Keywords: children; exposure to interparental violence; consequences

1. Introdução

Neste artigo, intitulado “A criança na violência interparental – um estudo de casos” propomo-nos realizar um exercício de análise relativo às consequências da violência interparental nas crianças que lhe são expostas. Partimos do pressuposto que estas são as vítimas silenciosas de uma dinâmica parental violenta, com consequências negativas para as mesmas. É nosso objetivo contribuir para uma mais fácil compreensão desta problemática. Para tal, recorreremos ao estudo de caso, realizando entrevistas a três adolescentes para analisar em profundidade a sua experiência pessoal, relativamente a esta problemática. Interagir diretamente com os adolescentes, no sentido de explorar com eles os significados construídos a respeito da violência conjugal, foi a atitude assumida para compreender em profundidade o impacto desta violência nas crianças.

Quem respeita, gosta, tem afeto, ama, não violenta o outro. Essa deveria ser a realidade, no entanto, as vítimas da violência doméstica, são múltiplas e variadas. No caso das crianças, dadas as suas características próprias, são um dos elementos da família de maior vulnerabilidade. Devendo, assim, ser salientado que a mera exposição à violência interparentalⁱⁱⁱ consubstancia, desde logo, uma forma de maltrato que coloca a

ⁱⁱⁱ A violência inperparental é o tipo de violência em que as crianças e jovens são expostas aos conflitos que ocorrem entre os seus pais ou cuidadores.

criança em perigo^{iv}. A inserção num contexto de violência doméstica e a exposição continuada a situações de sofrimento, contribui para a erosão e delapidação dos “*seus recursos de saúde, sem que haja quaisquer perspetivas continuadas de reparação*” (Sá, 2002, p. 57).

A violência exercida sobre as crianças é uma marca negra da história da humanidade e um problema global. Todavia, a preocupação social, científica e política com os impactos negativos da exposição à violência interpARENTAL tem menos de cinco décadas (Emery & Laumann-Billings, 1998; Holmes et al., 2022). Em Portugal, os primeiros estudos conexos com a temática somente começaram a surgir nos finais dos anos 90. Não sendo um fenómeno novo, só nos últimos anos tem merecido maior atenção, consciência pública e o interesse da comunidade científica/política. Atenção em crescendo derivada não só, mas também do reconhecimento recente da violência conjugal enquanto problema social (Sani et al., 2013)^v com uma extensão preocupante^{vi}.

A secundarização das consequências nefastas associadas à exposição, por comparação à violência física exercida entre o casal e/ou destes para com as crianças, tem-se revelado danosa^{vii}. Pois, embora, por comparação a outras formas de violência, as marcas não sejam, num primeiro momento, tão visíveis, são cada vez mais os estudos a darem conta da existência de similitudes traumáticas entre as crianças que experienciaram a exposição e as diretamente vitimadas. Daí a importância do salientar deste outro lado da violência interpARENTAL, tantas vezes esquecido, pois, tal como nos dizem, entre muitos outros, Sani (2002a), Sani et al. (2013), Artz et al. (2014), Rodrigues (2017), Paulino (2019), Ravi et al. (2020), Yaseen et al. (2020), a criança não necessita de experienciar violência direta para ser afetada. O “testemunho” ou, de modo mais adequado, a experiência multiforme (ver, ouvir, tomar conhecimento,

^{iv} De acordo com Lawson (2019), são cada vez mais os serviços de proteção à criança a considerarem a mera exposição como uma forma de maltrato. Tomando por base a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), verifica-se que, no âmbito das situações de presunção de perigosidade elencadas, tais eventos enquadram-se nas situações onde o perigo ocorre devido à criança sofrer “*maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais*”, e/ou se encontrar “*sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional*” (Cf. art.º 3.º, n.º 2, da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro). Ao abrigo da Convenção de Istambul, as crianças são, igualmente, consideradas vítimas e devem ser protegidas - “*são vítimas de violência doméstica, designadamente como testemunhas de violência na família*” (Resolução da Assembleia da República n.º 4/2013, de 21 de janeiro).

^v Em Portugal, a violência perpetrada entre cônjuges passou a assumir a natureza de crime público a partir de 2000 (cf. Lei n.º 7/2000, de 27 de maio).

^{vi} De acordo com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (<https://www.cig.gov.pt/>), registaram-se 8443 ocorrências participadas à PSP ou à GNR entre julho e setembro de 2023, relativas à violência conjugal.

^{vii} O Relatório Grevio (2019), apesar de reconhecer os esforços e as medidas implementadas nos últimos anos em Portugal no combate à violência interpARENTAL, identifica lacunas várias, designadamente o predomínio de uma visão centrada nos adultos e, conseqüente, subestimação, tanto ao nível da investigação, como da prática, da importância atribuída aos efeitos derivados da exposição à violência. Recomenda a necessidade de reforçar a formação dos profissionais e de preparar os serviços de modo que sejam capazes de apoiar, responder às necessidades e defender os direitos das crianças que acompanham as mães, por forma não só, mas também prevenir a vitimização secundária das vítimas; para opinião similar, cf. Paulino (2019).

consciencializar-se)^{viii} de uma situação de violência consubstanciando, *per se*, uma forma de mau-trato psicológico, é suficiente para desencadear, em algumas crianças, uma sintomatologia desadaptativa^{ix}.

Face ao referido, pode-se afirmar que a violência interpARENTAL, constituindo um dos múltiplos fenómenos de vitimização mediadores das vidas de muitas crianças (Sani et al., 2013, 2018), ao aumentar significativamente o risco de vitimação não só direta^x, mas também indireta ou vicariante, irá repercutir-se negativamente no desenvolvimento da criança (Artz et al., 2014; CIG, 2016; Howell et al., 2016; Lawson, 2019; Paulino, 2020; Yaseen et al., 2020; Savopoulos et al. 2023)^{xi}.

2. Exposição da Criança à Violência Interparental: Prevalência do Fenómeno

Um estudo da UNICEF, de 2006, estimava a existência de 275 milhões de crianças expostas, anualmente, à violência interpARENTAL (*apud* Howell, 2016). Contrariamente a outros países, em Portugal não dispomos de dados que permitam aferir com a exatidão desejada o número de crianças expostas à violência entre os seus pais/cuidadores (Sani, 2002b; Sani et al., 2018)^{xii}. Todavia, “*de acordo com a literatura, estima-se que entre 60% e 80% das crianças em famílias em que ocorrem maus-tratos à mulher testemunham essa violência*” (Sani et al., 2018, p. 2). Num estudo realizado por Paulino (2020), 81,6% dos filhos assistiram a, pelo menos, uma agressão. De acordo com Castanho, entre 2010 e 2018, mais de 84 mil situações de violência interpARENTAL foram presenciadas por crianças (*apud* Lusa, 2019).

O Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões (CNPDPJC, 2023) fornece-nos mais alguns dados. Seguindo uma tendência dos anos anteriores, em 2022 a violência

^{viii} Pensamos ser mais adequado o recurso ao vocábulo *exposição* do que *testemunho*, por aquele ser mais abrangente. A consciencialização da criança face ao problema não se encontra dependente da observação direta do mesmo e é, *per se*, suficiente (na maioria dos casos) para o desencadear de consequências negativas na vida das crianças.

^{ix} Na reforma recente do Código Penal Português, o legislador reconheceu o desvalor de tais eventos. No art.º 152.º relativo à violência doméstica, o mínimo da moldura penal sobe de um para dois anos, considerando-se como agravante o facto de os actos poderem ser praticados contra a criança ou na sua presença (Cf. Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro).

^x A literatura salienta que a vivência em ambientes de violência, aumenta o risco de as crianças serem vítimas desse crime. Estima-se que em 33% a 70% das famílias marcadas por este fenómeno, também as crianças sofrem maus-tratos (CIG, 2016). Peled & Davis (1995), apresentam dados similares, estimando que cerca de 30% das crianças testemunhas de violência interpARENTAL são também elas diretamente abusadas. Num outro estudo, realizado pelos autores com filhos de mulheres vítimas de violência interpARENTAL acolhidas em casas abrigo, concluíram que 70% dessas crianças foram também elas vítimas de abuso ou negligenciadas - “*pais fisicamente agressivos durante conflitos conjugais tendem, geralmente, a ser fisicamente agressivos durante conflitos pais-filhos*” (Jouriles et al., 1987, p. 453); para conclusões similares, cf. Kertesz et al., (2021); Otaguiri et al., (2022); Savopoulos et al. (2023).

^{xi} Revela-se importante sinalizar os avanços ocorridos em 2021 com o reconhecimento do estatuto de vítima às crianças que testemunhem ou vivam em contexto de violência interpARENTAL. Relativamente a este assunto, cf. Lei n.º 57/2021, de 16 de agosto.

^{xii} O Relatório Grevio (2019), salientou as lacunas no nosso país ao nível da recolha de dados que permitam dar maior visibilidade e publicitar os danos associados à exposição.

doméstica foi a categoria de perigo com maior representação (ni=16478) nas comunicações recebidas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). E, das 15287 situações de perigo diagnosticadas, a violência doméstica consubstanciou a segunda categoria mais diagnosticada (ni=4188, 27,4%). Devendo ser acrescentado que esta categoria engloba as situações de perigo por (i) ofensa física e (ii) exposição, “representando esta última, 98% do total de situações de perigo comunicadas nesta categoria” (CNPDPJC, 2023: 33).

A violência interpaparental é um dos crimes contra pessoas mais reportados às forças de segurança (GNR, PSP) em Portugal. Entre 2019 (ni=26520) e 2022 (ni=30488) verificou-se um aumento de 15% nas ocorrências registadas (SIG, 2023). De acordo com dados do Ministério da Administração Interna, em 2018, mais de 8000 crianças presenciaram essa ocorrência. Entre 2015 (36,2%) e 2018 (31,2%), cerca de um terço das participações por violência interpaparental foram presenciadas por crianças (XXII Governo Constitucional, 2020). E, entre 2008 e 2015, 42% das 213016 situações registadas pelas forças de autoridade foram presenciadas por crianças (Rodrigues, 2017). Os dados relativos a 2021, confirmam a tendência com 31,1% das ocorrências registadas pelas forças de autoridade a serem presenciadas por crianças (MAI, 2022).

A consulta do Portal da Violência Doméstica^{xiii} revela-se, igualmente, útil. De acordo com os dados disponíveis, nas 65 estruturas de acolhimento (26 respostas de acolhimento de emergência e 39 casas de abrigo)^{xiv} da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), quase 50% das pessoas acolhidas são crianças. No segundo trimestre de 2022, encontravam-se acolhidas 1370 pessoas, das quais 705 eram mulheres (51,5%) e 649 crianças (47,4%). Comparando com o período homólogo de 2023, nota-se um aumento dos acolhimentos totais (ni=1450), das crianças (ni=693, 47,8%) e das mulheres acolhidas (ni=740, 51,1%).

3. A Criança no Intermeio dos Jogos Conjugais

As dinâmicas e os processos abusivos associados à violência interpaparental, ocorrendo, na maioria das vezes, reiteradamente e em crescendo de agressividade, no espaço de casa, acaba por transformar, de modo paradoxal, a família numa das instituições mais violentas (Rodrigues, 2017). A criança, vítima silenciosa, muitas vezes esquecida, sente-se perdida. A transmutação do espaço familiar num ambiente imprevisível, inseguro e perigoso, insere-a num mundo assustador e confuso. Na maioria das vezes, estes *filhos da violência* sentem-se confusos e envergonhados pelo facto das suas vidas serem diferentes das dos colegas o que, *per se*, pode dificultar o desenvolvimento e a manutenção de amizades saudáveis com os pares (Howell et al., 2016). Têm de manter um segredo e não podem levar amigos a casa. Sendo uma das marcas da exposição à violência, a invisibilidade social volve-se um fardo extremamente pesado de gerir por estes pequenos seres.

^{xiii} Cf. URL: <https://shre.ink/2UYI>

^{xiv} Para um conhecimento mais aprofundado sobre o modo como as estruturas da RNAVVD se encontram organizadas e funcionam, cf. o Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro.

Quanto ao papel por ela assumido face ao conflito interpARENTAL, num primeiro momento, a criança começa por ser um mero espectador, embora logo aqui apresente reações esporádicas de irritabilidade e ansiedade, mostrando descontentamento. Nesta primeira fase “encontramos” a criança num canto a ouvir, a tentar dormir no seu quarto ou, no dia seguinte, a ver as marcas da violência, podendo “*exibir níveis elevados de reatividade emocional, ameaça e culpa pela ocorrência dos conflitos*” (Sani et al., 2013, p. 3). A mera consciencialização de que os progenitores, em quem confiava para sua proteção e conforto, estão a tornar-se ameaçadores e a agredir e/ou a ser agredido, revela-se muito stressante para a criança.

Numa segunda fase, a criança tende a inclinar-se para um dos progenitores, geralmente para o que considera vítima, procurando consolá-lo^{xv}. Na violência interpARENTAL um dos cônjuges assume um papel dominante/ativo e o outro o de vítima/passivo. Usualmente, este último, procura o apoio da criança, faz-lhe confidências sobre a sua insatisfação conjugal e espera dela uma relação de cumplicidade. Nesta fase, é comum encontrar-se uma coligação transgeracional, ou seja, a aliança entre a vítima e a criança contra o agressor. Nesta situação de triangulação, a criança é instrumentalizada pelos pais/cuidadores tendo em vista a regulação, o controlo do conflito entre a díade, só podendo sair desta aliança quando o conflito conjugal se resolve.

No jogo da violência interpARENTAL, a criança pode, a partir de determinado momento, adotar um papel ativo na sequência do qual ela própria pode ser maltratada (Cirillo & Di Blassio, 1997). Com a entrada na terceira fase, designada coligação ativa do filho, a criança pode, então, assumir comportamentos de oposição e rebelião, expressando raiva, medo, rancor, hostilidade ativa contra o progenitor com quem não está coligada. Com a perpetuação do conflito, a sua agressividade pode aumentar e expandir-se para contextos extrafamiliares.

Na última etapa de instrumentalização das respostas da criança, a agressividade e a raiva da criança aumentam, e o jogo familiar complexifica-se, visto a criança, ainda que de modo inconsciente, poder instigar activamente os maus-tratos. Os seus comportamentos, sendo interpretados pelos pais como sinais de desobediência e rebelião, redundam num aumento da dureza dos castigos. Os pais utilizam os comportamentos do filho para se atacarem mutuamente, entrando claramente numa escalada simétrica. Numa competição contínua de ação-reação, cada um procura desqualificar o outro com o intuito de mostrar que é melhor progenitor. Nesta fase, a criança, sentindo-se traída, acaba por se revoltar contra ambos.

O progenitor, que assume o papel de agressor, percebe que está excluído da coligação estabelecida e sente uma perda de poder. A agressividade e a rebelião que a criança lhe dirige e que a companheira nada faz para diminuir, significa para o progenitor maltratante a rejeição, a separação e a perda. Neste jogo, o progenitor maltratante toma-se ainda mais violento para “puxar” a criança para si e a “moldar” conforme os seus desejos (Alarcão, 2000). O comportamento violento do progenitor é também associado,

^{xv} No entanto, nem sempre isso acontece, tal como indicia um dos casos por nós analisado.

por vários autores, à vivência de sentimentos de abandono e a um modelo de vinculação inseguro^{xvi}.

O efeito de aprendizagem e a replicação de modelos aumenta o risco de comportamentos agressivos futuros, i.e., concorrendo para a transmissão intergeracional da violência, constata-se que o agressor pode ter sido, em determinadas circunstâncias, vítima direta ou indireta de violência familiar: *“estudos com agressores conjugais adultos documentaram uma maior probabilidade de eles, por comparação a homólogos não violentos, terem testemunhado, na infância, a violência entre os seus próprios pais”* (Fantuzzo et al., 1991, p. 258; Sani et al., 2013; Sani et al., 2018). Não obstante, é errado pensar que a violência pretérita, consubstancia, *per se*, uma condição necessária/suficiente, pois, de acordo com Manita, *“apenas uma minoria dos agressores foi alguma vez vítima no passado”* (apud CIG, 2016, p. 26, 36).

4. Consequências da Exposição à Violências para o Desenvolvimento, Saúde e Bem-estar das Crianças

Não obstante estarmos cientes da variação dos impactos em função da intensidade, duração e dos factores de risco/proteção mediadores dos contextos, do até agora exposto, facilmente concluimos que a criança, independentemente de ser (ou não) destinatária dos atos, quando exposta a cenas crónicas de violência intrafamiliar acaba, *“sempre”*^{xvii}, em maior ou menor grau, por ser atingida pela situação^{xviii}. A investigação tem mostrado como os efeitos deletérios da exposição continuada a situações indutoras de stress tóxico, se repercutem negativamente no bem-estar das crianças, comprometendo profundamente o seu desenvolvimento, saúde e bem-estar (Kerig, 1998; Howell et al., 2016; Fong et al., 2017; Lawson, 2019; Paulino, 2019; Ravi et al., 2020; Paulino, 2020; Kertesz et al., 2021; Holmes et al., 2022).

Como nos recordam Guerra (2021), Fonseca et al. (2022), as crianças precisam de um colo seguro, promotor da vinculação, sustentado numa parentalidade positiva, viva, militante com equilíbrios de ternura, firmeza e bom trato. Infelizmente, para as crianças com estes percursos vivenciais, volve-se extremamente difícil imaginar um contexto familiar mediado pelo afeto, aconchego, proteção e segurança.

Quanto aos *efeitos diretos* sobre as crianças, estes podem manifestar-se tanto por via de comportamentos de internalização, como de externalização. Múltiplos estudos confirmam *“que as crianças expostas às agressões de um progenitor a outro em casa, desenvolvem, frequentemente, problemas [fisiológicos,] emocionais, perturbações do*

^{xvi} De notar, que a exposição da criança a episódios de violência por parte do adulto agressor consubstancia, desde logo, um afastamento de um modelo de vinculação segura.

^{xvii} Embora em menor número do que os que concluem o contrário, Lawson (2019), Ravi et al. (2020), Kertesz et al. (2021), dão conta de estudos onde uma percentagem das crianças expostas à violência conjugal não revelou diferenças por comparação a crianças sem essas experiências.

^{xviii} Segundo um estudo realizado por Osofsky (apud Sani, 2002a), devido à familiaridade dos intervenientes, as crianças expostas à violência interparental apresentam consequências mais adversas, quando comparadas com crianças expostas à violência na comunidade.

funcionamento cognitivo e aceitam atitudes de violência^{xix} que têm de ser trabalhadas a longo prazo” (Grevio, 2019, p. 43; Artz et al., 2014; Rodrigues, 2017; Lawson, 2019).

Evidenciando o comprometimento da saúde mental e do bem-estar emocional, ao nível dos *comportamentos internalizados*, podemos mencionar “*a ansiedade, a depressão, o isolamento, a perda de confiança e a baixa autoestima*” (Paulino, 2019, p. 81; Fantuzzo et al., 1991; Artz et al., 2014; Gershoff et al. 2016; Rodrigues, 2017; Yaseen et al., 2020). Problemas de regulação emocional, confusão e ambivalência de sentimentos onde coexistem o medo, a tristeza, choro, vergonha, culpa, insegurança e a raiva são, portanto, uma constante na maioria das crianças com estes percursos vivenciais. Estes estados emocionais acabam por desencadear outras repercussões negativas, designadamente ao nível fisiológico com manifestações de fadiga, distúrbios alimentares, transtornos do sono, enurese, terrores noturnos, mal-estar físico (queixas de dor de cabeça, barriga...), entre outros (Fantuzzo et al., 1991; Senra et al., 2011; Artz et al., 2014).

A situação volve-se mais complexa quando as crianças se deparam com a sensação de impotência para mudar os contextos e sentem dificuldades para enfrentar, sós, essas experiências. Num estudo realizado, em 2019, por Noble-Carr et al., muitas das crianças referiram o “*facto de terem de lidar sozinhos com estes sentimentos generalizados de medo, impotência e tristeza, sem terem ninguém com quem falar ou a quem procurar ajuda*” (apud Kertesz et al., 2021, p. 131). Nos casos em que se sentem responsáveis pela mediação do processo, podem surgir sentimentos de culpa ante a impotência, incapacidade para gerir, lidar com os episódios de violência.

Tendo presente, a importância da cognição para “*o processamento emocional, o desenvolvimento e a manutenção da saúde e das relações, o sucesso escolar*”, entre outros, facilmente concordamos que quando essa função é comprometida por experiências traumáticas, as consequências são profundas para a vida quotidiana das crianças (Savopoulos et al., 2023, p. 1883). Estes autores, dão conta de que 26 estudos, dos 38 revistos, estabeleceram uma associação significativa entre a exposição à violência interpARENTAL e a existência de défices nas crianças ao nível das suas competências cognitivas. Em cerca de 70% dos estudos analisados, as crianças evidenciaram um funcionamento cognitivo pobre a vários níveis, designadamente coeficiente de inteligência, habilidades verbais, capacidade de atenção, concentração, aptidões académicas, entre outros.

Quanto aos *comportamentos externalizados*, os mesmos abarcam dimensões diferenciadas. Não descurando os problemas cognitivos sinalizados, constata-se que estes aumentam o risco de ocorrência de comportamentos disfuncionais com

^{xix} No âmbito das teorias da violência, a teoria da dessensibilização facilita a compreensão desse processo: “*uma exposição prolongada a um estímulo engendra uma reação emocional reduzida a esse estímulo*” (Rieffel, 2003, p. 195). Por outras palavras, a exposição excessiva e duradoura a comportamentos violentos acabará por propugnar uma diminuição da sensibilidade emocional e, por consequência, da reação à violência real. Esta, ao passar a ser apreendida como algo banal e/ou trivial, indicia um aumento da tolerância aos comportamentos violentos, conduzindo os indivíduos à indiferença e a uma menor solidariedade, preocupação para com as vítimas desse tipo de situações. Ao referido, deve ser acrescentado que, quanto mais cedo a dessensibilização ocorrer, mais cedo as crianças desenvolvem tolerância à violência.

repercussões negativas no desempenho escolar (Artz et al., 2014; Rodrigues, 2017; Savopoulos et al., 2023). Num estudo realizado em Portugal, envolvendo 350 mulheres vítimas e 350 crianças filhos das mesmas, concluiu-se que o desempenho escolar da maioria das crianças foi afectado negativamente: *“mais de metade dos filhos que integram a amostra do estudo já ficou retida, ao longo do seu percurso escolar, com uma média cinco vezes superior à média nacional. A maioria destas retenções ocorreu num contexto pós-crime”* (Rodrigues, 2017, p. 253).

Uma segunda dimensão remete para uma associação robusta entre a exposição e o posterior desenvolvimento de comportamentos agressivos, de risco e/ou antissociais, incluindo danos, vandalização gratuita do património^{xx} (Fong et al., 2017). Um estudo realizado nos EUA por Gershoff et al. (2016), com base na análise de 75 artigos envolvendo 160927 crianças, evidencia uma correlação positiva entre o abuso físico e a emergência de problemas sociais, de conduta. Quanto mais as crianças fossem agredidas pelos progenitores/cuidadores, maior a probabilidade de manifestarem *“comportamentos antissociais, agressivos”* e *“relações negativas com os pais”* (2016, p. 463). A trasladação das violências experienciadas em casa para a escola, aumenta o risco de externalização de condutas agressivas e, conseqüente, ocorrência de episódios de violência escolar verbal e/ou física onde as crianças tanto podem ser vítimas, como actores de bullying (Senra et al., 2011; Carlson et al., 2019; para outros estudos, cf. Holmes et al., 2022). Como já referido, na decorrência da normalização da violência, as crianças podem tornar-se menos sensíveis a comportamentos agressivos, aceitando a violência, seja como vítimas ou como agressoras.

Sabendo, igualmente, que o exercício da parentalidade é influenciado, positiva ou negativamente, pelos contextos vivenciais, entre os *efeitos indiretos* da violência interparental encontramos o comprometimento de uma parentalidade positiva por parte dos pais/cuidadores da criança. As suas necessidades básicas podem ficar como que esquecidas, ou seja, os pais podem não só maltratar a criança como, também, não satisfazer as suas necessidades biológicas e psicológicas (Sani et al., 2013). A literatura evidencia como a toxicidade mediadora desse contexto condiciona tanto as competências parentais do progenitor agressor, como daquele que é vítima (Pereira & Alarcão, *apud* Paulino, 2020; Rodrigues, 2017; Carlson et al., 2019; Kertesz et al., 2021; Otaguiri et al., 2022). Relativamente aos primeiros, salientam a dificuldade em reconhecer os impactos das suas acções na vida dos filhos, bem como a diminuição dos afetos, a inconsistência dos comportamentos e o crescendo da autoridade/práticas disciplinares inconsistentes, da irritação e da agressividade. Quanto aos segundos^{xxi}, salientando o comprometimento

^{xx} No âmbito das teorias da agressividade, a teoria da aprendizagem social desenvolvida pelo psicólogo canadiano Albert Bandura nos anos 60 da centúria de novecentos, ajuda a explicar o desenvolvimento de comportamentos agressivos por parte da criança. Não descurando a importância da educação pelo exemplo, e sabendo que somos seres miméticos, segundo a mesma, em decorrência das interações entre a mente e os ambientes, as crianças expostas a estímulos violentos, ao serem incentivadas à imitação, têm maiores probabilidades de adotarem padrões de comportamento similares aos observados tornando-se, em consequência, mais agressivas (Bandura et al. 1961; Bandura, 1977).

^{xxi} Baseando-se em diversos estudos, segundo Rodrigues *“a mulher vítima de violência interparental, pode passar por situações de baixa autoestima, sentimentos de impotência e culpa, depressão, ansiedade, medo, transtornos*

da relação mãe/criança^{xxii}, destacam o distanciamento emocional, pobreza de processos comunicativos, diminuição das interações positivas, afectuosas, a indisponibilidade e/ou incapacidade para satisfazer as necessidades dos filhos, a diminuição do exercício da autoridade, a priorização da satisfação das necessidades do cônjuge como estratégia de prevenção da violência e a dificuldade no reconhecimento dos impactos da violência nas vidas dos filhos. Em ambos os casos, a prestação de cuidados revela-se deficitária, comprometendo, desde logo, a promoção de uma vinculação segura e, por consequência, o desenvolvimento saudável e equilibrado da criança. Em suma, “*existem fortes evidências a sugerirem que as crianças com vinculações inseguras e desorganizadas possuem um risco elevado de externalizarem comportamentos problemáticos*” (Fong et al., 2017, p. 3; Carlson et al., 2019).

5. Metodologia do Estudo

O estudo obedece a um design característico de uma investigação ex-post facto (Kies & Bloonquist, 1985). Foi realizado um estudo de tipo exploratório/descritivo, transmitindo as informações de forma narrativa (Fortin, 1996), através do “Estudo de Caso”, uma vez que se pretende compreender a problemática na sua complexidade, de forma narrativa. Por forma a estudar as particularidades dos sujeitos constituímos, então, uma amostra não probabilística, de conveniência. Como critérios de inclusão, definimos a exposição à violência interpARENTAL e à facilidade de acesso aos sujeitos, no decurso do exercício profissional de um dos investigadores.

Como podemos observar na tabela 1, a amostra é constituída por três adolescentes de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 13 e os 15 anos, a quem atribuímos nomes fictícios. Os participantes foram informados do âmbito e objetivo do estudo, tendo sido assegurado o anonimato e confidencialidade dos dados. Importa ressaltar que os princípios éticos da Declaração de Helsínquia para a investigação foram considerados em todos os momentos de investigação.

Tabela 1: Amostra do Estudo

| | Sexo | Idade |
|--------|-----------|-------|
| Ana | Feminino | 15 |
| Mónica | Feminino | 14 |
| Paulo | Masculino | 13 |

Fonte: Elaboração própria.

de stress pós-traumático, isolamento social, afetando as suas competências de coping e as suas capacidades parentais” (2017, p. 64).

^{xxii} De notar que os impactos serão tão mais profundos, quanto mais jovem e dependente for a criança: “*quando uma criança pequena se depara com um pai cujas ações não só a assustam, mas também impedem a mãe de a confortar, tem poucas oportunidades de adquirir competências tendo em vista a autorregulação emocional*” (Kertes et al., 2021, pp. 129-130). Por outro lado, dever-se-á também salientar que a resiliência da mãe ante os abusos se revela positiva para a criança. A capacidade de algumas mães para continuarem a: exercer uma parentalidade protetora, manter uma relação positiva com os filhos, consubstancia um fator de proteção, minorando os impactos negativos da exposição à violência (Carlson et al., 2019).

O instrumento de recolha de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, tendo-se construído um guião com as grandes linhas dos temas a explorar: história de vida (momentos/acontecimentos vividos sentidos pelo sujeito como importantes - nível pessoal, escolar, social ou outro); forma como os adolescentes se descrevem; pedido de narração de todas as lembranças do acontecimento, atendendo aos seguintes aspetos: quais os intervenientes na violência, locais onde ocorriam as agressões, frequência destas, reações emocionais e comportamentais do adolescente à vitimação, atribuições de culpa, estratégias de coping utilizadas, consequências e perspetiva futura.

As entrevistas foram realizadas numa só sessão, com um tempo médio de cada uma de 120 minutos. Gravadas em áudio, foram depois transcritas na totalidade. A qualidade das transcrições foi assegurada por uma verificação posterior sobre a sua fidelidade, ou seja, cada uma das transcrições foi revista, comparando-a com a sua gravação original e, para se verificar a sua adequação, foi lida e relida. A análise de conteúdo foi realizada à luz de Bardin (2011), em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados obtidos.

6. Apresentação e Discussão dos Resultados

Relativamente às suas infâncias, os três adolescentes consideram que a infelicidade esteve presente, pois, por exemplo, quando a Ana refere - *“tive uma infância muito infeliz, porque nunca tive o carinho de que precisava... o meu pai nunca me fez um carinho”* ou como diz o Paulo - *“a minha infância teve umas partes felizes e outras infelizes... infeliz porque não me deixavam ir brincar e porque andavam à porrada e punham-se a ralhar comigo”*. E, tal como nos diz Matos (2001, p. 1986), *“não é fácil para quem pensa e sente ter recebido pouco, lidar com certos sentimentos dolorosos”*. O discurso de um dos adolescentes indicia uma infância marcada por ausência de normas devido à falta de limites precoces: *“em casa dos meus pais (...) ou eram discussões à noite, ou a minha mãe bebia um bocado e discutíamos e eu já saía. (...) Fui deixada ao Deus dará”* (Mónica). Evidenciando dificuldades económicas e/ou comportamentos negligentes por parte dos cuidadores, um dos jovens fez referência à falta de bens alimentares: *“às vezes a minha mãe não tinha comida para nos dar”* (Mónica).

Apresentam dificuldades em se descrever, com se não estivessem habituados a falar sobre si: *“isso não sei; não estou habituada a pensar em mim”* (Mónica); *“não sei”* (Ana). Posteriormente enunciaram características psicológicas à exceção de um adolescente que recorreu a outras características como a existência de roupas e de bens alimentares. Os atributos resultaram de uma perceção direta, fruto da experiência da criança: *“sou muito nervosa, muito insegura”* (Ana).

6.1 Características da Violência Interparental

6.1.1 Contextos, Tipos e Prevalência do Fenómeno

Relativamente ao contexto, verificámos que as agressões ocorriam na esfera privada, no recato do lar: *“agredia-a em casa, sempre em casa”* (Ana); *“bate-lhe em casa”* (Mónica); *“batia-lhe na sala ou na cozinha”* (Paulo). Consubstanciando um espaço traumático, a residência da família ainda hoje desperta temores e inseguranças. No discurso de duas adolescentes

destaca-se a impossibilidade, não desejo do regresso: *“se eu tivesse de voltar a viver nessas casas, ia-me lembrar das coisas que lá aconteceram... e que iam acontecer outra vez”* (Mónica); *“era incapaz de voltar a viver lá, sentia-me insegura”* (Ana).

No espaço público os agressores retraíam-se, controlando os seus impulsos agressivos: *“a minha mãe fugia para a rua, ele começava a gritar, mas depois tinha vergonha dos vizinhos e ia para casa”* (Ana). Estes comportamentos vão ao encontro da literatura revista, onde é salientada a adoção de modalidades de conduta dissociada por parte dos abusadores. No domínio público apresentam-se como pessoas equilibradas, amigáveis e preocupadas com os outros. Na esfera privada, recorrem a agressões físicas, verbais ou sexuais. No domínio público, o casal não é normalmente percebido como tendo um estilo verticalista. Para este facto contribui o seu isolamento, o que sustenta a imagem distinta entre o público e o privado (Vesterdal, 1991).

Tal como dão conta vários autores (Brown, 1993; Walker, 1994; Silva, 1995), também no nosso estudo coexistem diferentes formas de violência. De entre os principais tipos (e.g. física, psicológica/emocional, sexual, social, económica...), nas três situações analisadas predominavam as violências física e psicológica/emocional: *“batia-lhe, chamava-lhe nomes, tratava-a mal”* (Ana); *“batia-lhe (...) chamava-lhe bêbada, não presta, diz que as amantes são melhores do que ela”* (Mónica); *“batia-lhe, chamava-lhe nomes”* (Paulo). Na violência psicológica também encontramos as relações extraconjugais (Ana: *“ele é que andava com outras mulheres (...) eu conheci todas as namoradas do meu pai”*; Mónica: *“ela já o apanhou com não sei quantas mulheres”*; Paulo: *“depois a minha mãe arranjou um homem”*).

Quanto à prevalência, constatámos que todas as situações exibiam um padrão de violência continuada: *“chegava a casa e era logo à pancada”* (Ana); *“batia-lhe duas ou três vezes por semana”* (Mónica); *“uma vez por semana, mais ou menos”* (Paulo). É de referir que o Paulo apesar de afirmar que o pai agredia a sua mãe uma vez por semana, também disse que *“era raro o meu pai bater à minha mãe”*. Indiciado uma certa desculpabilização, afirmou, igualmente: *“quando lhe batia era quando ela o enervava (...), mas nunca na cabeça. Dava-lhe só um estalo ou um murro”*. A violência é algo que depende de cada sociedade, uma vez que o contexto, na sua dimensão espaciotemporal, constitui uma dimensão importante na análise deste fenómeno. Constata-se que os significados da violência variam tendo em consideração uma construção socialmente determinada, onde a violência é geralmente perspectivada como uma transgressão aos sistemas de normas e de valores definidos em determinado momento social. Parece existir uma desvalorização e desculpabilização do Paulo face a esta violência. A familiaridade parece mediar a percepção de ilegitimidade da violência, como se ela pudesse ser justificada e legitimada pelo poder conferido ao homem na família: *“batia-lhe porque ela chegava toda bêbada a casa e punha-se a acusá-lo de coisas que não eram”*; *“quando lhe batia, era quando ela o enervava porque ela era chata”* (Paulo).

6.1.2 Atores, Ações e Reações à Violência

Atendendo às descrições dos adolescentes, constatámos que os principais alvos da violência na família foram as progenitoras: *“a minha mãe é que não consegue bater no meu pai”* (Mónica), embora no caso do Paulo a violência fosse recíproca: *“começaram os dois à pancada (...) a minha mãe foi buscar a forquilha para lhe espetar”*.

No decurso dos episódios de violência, os nossos interlocutores, evidenciando preocupação com os irmãos mais novos, optavam maioritariamente por se resguardar: *“tentava acalmar os meus irmãos, que não se calavam, fartavam-se de gritar. Metia-me dentro do quarto mais eles, fechava a porta e não queria saber de mais nada”* (Mónica); *“ia dormir junto com a minha irmã”* (Paulo). Não obstante a sua impotência, os discursos mostram como, a espaços, os adolescentes buscavam intervir (ou manifestam arrependimento por o não ter feito) no sentido de tentar acabar com os ataques violentos (Ana: *“metia-me no meio (...) tentava fazer tudo para que ele não batesse à minha mãe”*; Mónica: *“às vezes ia lá e dizia para pararem, mas não valia a pena”*; Paulo: *“se eu na altura tivesse a inteligência que tenho hoje separava-os e dizia-lhes que à porrada é que não”*).

Quanto aos seus comportamentos, reações depois das agressões ocorrerem, encontrámos descrições díspares. Uma das adolescentes, mesmo após as agressões, continuava a manifestar grande preocupação com a mãe: *“depois de bater-lhe, chamava a minha mãe para vir para o quarto ... não queria que ele lhe batesse mais”*. Quanto ao discurso do Paulo, este revela uma pacatez estranha, comportando-se os diferentes membros da família como se as agressões não tivessem ocorrido: *“então ... depois falávamos, fazia os trabalhos de casa e ia-me lavar, via televisão. Fazíamos o normal; éramos uma família unida”*. Por fim, a Ana sinalizou sentimentos de revolta e de nervosismo: *“ficava muito agitada, bastante nervosa, tinha vontade de lhe bater”*.

O envolvimento no conflito, numa tentativa de lhe por fim, pode, então, ser apreendido como uma *estratégia de coping* ativa focada no problema. Estratégia destinada ao controlo do agressor para reduzir ou eliminar a sua pressão. Estas respostas são, nestes casos, sobretudo orientadas para a intervenção direta nos conflitos, privilegiando a resolução imediata do problema no espaço familiar. Raramente estes adolescentes recorrem a agentes exteriores, porque isso implica expor a família.

As estratégias de coping passivas, como teremos oportunidade de ver, dirigem-se, sobretudo, ao controlo das respostas emocionais associadas à violência, definindo um estilo de coping focado na emoção. No caso da nossa amostra encontramos o evitamento: *“nem quero pensar nisso (...) eu nunca pensava nos maus-tratos ... que estes podiam ocorrer, eu preferia não pensar”* (Ana); *“não pensava nada”* (Mónica); *“não pensava nada (...) queria esquecer...imaginar que aquilo não acontecia (...) não sentia nada”* (Paulo). Estas estratégias de coping passivas reforçam a salvaguarda da integridade individual e do sistema familiar, pois são usadas respostas que reforçam a manutenção do problema.

6.1.3 Reações Emocionais das Crianças

Perante a questão *o que sentias quando assistias à violência entre os teus pais?* As respostas foram múltiplas, dois adolescentes referiram sentimentos negativos relativamente ao progenitor, nomeadamente de ódio e de raiva (Ana: *“pensava que ele era um animal, que detestava ser filha dele (...) ódio, muito ódio do meu pai”*; Mónica: *“Sentia raiva do meu pai (...) eu gosto do meu pai...é meu pai, mas ele não merece o meu carinho”*).

Todos sinalizaram a dor. É o caso da Ana quando diz *“sentia uma grande dor”*, da Mónica – *“dói muito, dói muito ver uma mãe a apanhar”* e do Paulo – *“foi uma grande dor”*. O medo foi outra emoção assinalada por dois adolescentes. Num dos casos verificámos que

o medo não se centrava nele próprio, mas sobretudo na preocupação com a mãe. Medo que focava a questão da integridade física na versão mais extrema — a morte — o que é revelador do grau de percepção da severidade da violência e também de que *“tudo voltasse a acontecer”* (Ana).

Tal como referido noutros estudos, os adolescentes por nós entrevistados também desenvolveram sentimentos de culpa, associados tanto à autorresponsabilização pela ocorrência dos episódios de violência, como à incapacidade para os impedirem ou travarem: *“às vezes batia-lhe por causa de mim (...). Às vezes sentia-me culpada porque ele batia-lhe por ela me chamar nomes”* (Mónica); *“penso em muita coisa que deveria ter feito e não fiz”* (Paulo). Um dos adolescentes disse sentir-se culpado por não contar anteriormente ao pai que a mãe mantinha uma relação extraconjugal.

Os sentimentos de culpa expressos evidenciam, por um lado, nuances, pois enquanto no caso da Mónica, a sua atribuição de culpa parece derivar do facto de se perceber como motivo dos conflitos, nos outros casos a responsabilização parece advir do facto de considerarem que deveriam ter feito algo mais para mediar os conflitos. Por outro, a análise revela alguma ambivalência dos adolescentes na atribuição de culpas ao pai. Quer dizer, não obstante, responsabilizarem o pai, os discursos desvelam alguma compreensão e atribuição de culpas à progenitora. No caso da Mónica, quando afirma: *“batia-lhe (...) quando ela estava alcoolizada (...). Mas a minha mãe, quanto mais apanha, mais gosta do meu pai, porque ela não o larga, não o deixa...eu gostava que ela o deixasse. Se isto me acontecesse, eu deixava o meu marido, era logo”*, ou quando o Paulo nos fala do alcoolismo da mãe e na sua relação extraconjugal.

Outro sentimento referenciado foi a vergonha, fortemente associada à revelação de algo entendido como errado, nomeadamente do ponto de vista moral. Esta é uma reação emocional construída perante os outros: *“gozavam comigo por causa dos meus pais... toda a gente sabia”* (Mónica).

Quando questionados relativamente aos sentimentos atuais, dois adolescentes mencionaram a revolta. Num dos casos esta manifestava-se contra o próprio, *“por não ter podido fazer nada”*, o outro sente-se revoltado contra os pais por o exporem àquelas situações. Foram ainda indicados sentimentos, como a tristeza, o desgosto, mágoa e pena. Dois adolescentes evidenciaram, ainda, fortes ligações e instinto protetor pelos irmãos, manifestando por estes, grande preocupação: *“o que mais me custou, foi a minha irmã também ver”* (Paulo). Inclusivamente, ambos os adolescentes referiram que no futuro desejam ficar com os irmãos mais novos a cargo. Os seus maiores medos relacionam-se com o que de negativo possa acontecer tanto aos próprios, como aos que lhes são próximos: *“medo de morrer ou de alguém vir por detrás e bater-me”* (Paulo); *“o meu maior medo é perder os meus irmãos... tenho medo de que os tirem à minha mãe”* (Mónica), ou ainda que os maus-tratos ocorram novamente.

Constatámos que os receios dos adolescentes, não obstante se encontrarem associados a experiências de exposição passadas, são mais abrangentes, sendo transpostos para o que pode ocorrer no presente ou num futuro próximo. Isto é, nota-se que relativamente ao Paulo as preocupações não se centram na violência, uma vez que a mãe faleceu (na sequência de homicídio conjugal) e o pai está preso; no caso da Mónica,

os pais ainda se continuam a violentar pelo que a sua preocupação é com os familiares. Por fim, na situação da Ana, dado o abandono da relação violenta ser recente, teme que a mãe possa reatar a relação.

6.1.4 Consequências Externalizadas da Exposição à Violência

Os adolescentes conseguiram identificar, essencialmente, mudanças negativas para as suas vidas. Dois deles consideram que a exposição à violência influenciou e afetou a sua personalidade, referindo que, atualmente, são *“pessoas diferentes”*. A Ana referiu que se tomou *“agressiva e fria”*, enquanto a Mónica disse que *“antes era mais responsável (...), tenho tendência a sair à noite, ou a dormir fora de casa”*.

Nenhum dos adolescentes identificou consequências físicas. Indo de encontro aos resultados obtidos por outros estudos (Artz et al., 2014; Rodrigues, 2017; Savopoulos et al., 2023), a escola foi uma esfera especialmente afetada, tanto ao nível dos desempenhos, como no respeitante ao absentismo escolar associado a episódios de *bullying*: *“os estudos também foram afetados”* (Ana); *“deixei de ir à escola (...). Gozavam comigo por causa dos meus pais”* (Mónica); Paulo: *“chumbei na segunda e quarta classe”* (Paulo).

Ao nível social, os nossos interlocutores assinalaram mudanças nas relações com os pares. Podendo ser consideradas positivas, no caso do Paulo: *“tenho amigos novos”*; mais complexas nos outros dois adolescentes: *“com os amigos também estou diferente, mais agressiva”* (Ana); *“apetece-me andar por aí com os meus amigos...não pode ser assim, que eu sei que não pode”* (Mónica).

Genericamente, os adolescentes revelam uma consciencialização dos danos que a exposição causou nas suas vidas: *“tudo muda, muda sempre”* (Ana); *“se eles não andassem a discutir e sempre à porrada (...) se calhar estava tudo bem”* (Mónica).

Não obstante, ao tomarmos em consideração as suas perspetivas relativamente ao futuro, a existência de projetos de vida afigura-se-nos como um bom indício sobre o otimismo dos adolescentes acerca do futuro. Todos os inquiridos conseguem traçar um plano de ação para o futuro, nomeadamente ao nível profissional: *“gostava de ser futebolista”* (Paulo); *“gostava de tirar um curso ... talvez de cabeleireira”* (Mónica); *“vou tentar tirar o curso de veterinária... tentar estabelecer-me”* (Ana). Dois adolescentes referem que no futuro pretendem cuidar dos familiares, designadamente dos irmãos: *“o meu futuro espero que seja feliz, com a minha irmã. Não a posso deixar sozinha. Ela tem problemas ... problemas de fala e não tem tanta inteligência como alguns”* (Paulo); *“gostava de ficar com o meu irmão mais pequenito”* (Mónica). Aspectos de carácter material são também apontados por um adolescente - *“gostava (...) de ter uma Honda, ter um Lamborghini ou um Ferrari”* (Paulo), bem como aspectos relacionados com a sua vida amorosa: *“casar, que é o que toda a gente quer”* (Ana).

No entanto, a par dos sonhos emergem muitas dúvidas, receios que, no caso da Ana, a conduzem a focar-se no presente: *“não gosto de pensar no futuro, prefiro viver um dia de cada vez, como fiz até agora...sempre que faço planos dá tudo errado...prefiro não o fazer”*. E, no caso da Mónica, a conduzem a pensar num futuro mesclado de sonhos e incertezas: *“penso muito no futuro. Se daqui para a frente correr tudo bem, pode até ser que seja bom. Mas, se acontecem coisas más, não sei...por exemplo, se a minha avó me mandar embora, eu tenho de*

voltar para casa dos meus pais". Parece-nos que esta discrepância se deve a Mónica ter a percepção de que se encontra numa fase decisiva da sua vida e que é ela que a vai decidir em função do seu comportamento, tendo algum controlo sobre a situação. Isto é, tem consciência de que se não tiver um bom comportamento não poderá residir em casa da avó e como ela própria diz *"eu na casa da minha avó estou bem. Em casa dos meus pais, não"*. Já a Ana sente que não tem controlo sobre a situação, pois depende da sua progenitora, se irá reatar, ou não, a relação violenta: *"espero bem que tudo não volte a acontecer"*. Também a Mónica refere que a vida seria melhor se o pai estivesse longe da família – *"mas eu queria é que o meu pai se fosse embora"*.

7. Recomendações

Acreditemos que estes resultados nos tragam pistas para explorações futuras. Estamos, no entanto, cientes das várias limitações mediadoras da pesquisa. Tratando-se de um estudo *ex-post facto*, levanta, por si só, ameaças à validade interna (método de seleção dos sujeitos e natureza explicativa dos dados) e à validade externa (generalização dos resultados para outros grupos). Outra questão que colocamos prende-se com o facto de saber se, realmente, os sintomas encontrados nas crianças expostas à violência são mesmo consequência dessa experiência ou se já existiriam antes dele. Esta questão é difícil de ser ultrapassada, uma vez que os estudos sobre os maus-tratos são realizados à posteriori. Também o facto de a amostra deste estudo ser reduzida levou-nos a fazer afirmações cuidadosas e nunca generalizações ambiciosas.

8. Conclusão

Verificámos que estes adolescentes apresentam nas suas histórias pessoais lacunas precoces e significativas, bem como a inexistência de um meio familiar securizante. São adolescentes que têm dificuldade em falar de si próprios, apresentando-se com uma identidade frágil, instável e insegura. A exposição à violência interpARENTAL influenciou a sua autoimagem, uma vez que referem mudanças nas suas personalidades em consequência da exposição à violência interpARENTAL.

Face à caracterização da violência interpARENTAL podemos afirmar que as suas vítimas diretas são essencialmente as mulheres, parecendo existir igualmente uma tendência para os adolescentes intervirem nas agressões, no sentido de defenderem a progenitora, o que, aliás, vem ao encontro do referido na literatura. Tal como era esperado, o contexto onde os ataques ocorrem é o doméstico, onde os adolescentes são, essencialmente, expostos à violência psicológica e física. A violência interpARENTAL adota um carácter continuado, onde os adolescentes referem existirem agressões semanais.

Constatamos que os adolescentes expostos à violência interpARENTAL entre os seus pais saem profundamente afetados não só ao nível psicológico, como também nas esferas social e escolar. Os impactos negativos por eles experienciados mostram muitas semelhanças com os dos adolescentes diretamente vitimados. Assim, denotámos que os adolescentes evidenciavam, à data da entrevista, impactos negativos constatados não só

pelas consequências emocionais e comportamentais, mas também pelos medos, inseguranças e ansiedade. Se a formação de identidade é um processo que surge da “*assimilação mútua e bem-sucedida de todas as identificações fragmentárias da infância que, por sua vez, pressupõem uma inclusão bem-sucedida das introjeções precoces*”, esse sucesso depende da relação satisfatória com os pais e depois com o resto da família (Grinberg & Grinberg, 1998, p. 20), compreendemos, assim, que nestes jovens a identidade seja frágil e instável.

Declaração de conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Sobre os Autores

Sónia Mafalda Pereira Ribeiro is Assistant Professor of Social Work at Miguel Torga Higher Institute in Coimbra, Portugal. Integrated researcher at the TRIE (The Transdisciplinary Research Center of Innovation & Entrepreneurship Ecosystems). Graduated in Social Work (1998, ISMT/Coimbra). Master in Family and Social Systems (2001, ISMT/Coimbra). PhD in Social Work at the Faculty of Human Sciences of the Portuguese Catholic, since 2016. Assistant Professor at Universidade Lusófona/ Porto (2010-2022).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3404-467X>

Manuel Menezes is Assistant Professor at Instituto Superior Miguel Torga (Coimbra, Portugal). Integrated researcher at the ICNOVA - Instituto de Comunicação da Nova (Faculty of Social and Human Sciences of the Nova University of Lisbon). Graduated in Social Work (1992, ISBB/Coimbra). Master in Social Work (1998, ISSSL/Lisbon). PhD in Communication Sciences - specialization field: Communication and Culture (2007, Faculty of Social and Human Sciences of the Nova University of Lisbon). PhD in Social Work (2018, ISCTE-IUL). Director of the Course in Communication and Design (ISMT, 2008-2017). Assistant Lecturer at Instituto Superior Bissaya Barreto/Coimbra (1992-2006); Visiting Assistant Professor at Portuguese Catholic University/Viseu (2007-2013); Visiting Assistant Professor at ESTGL/IPV/Lamego (2019-2020); Visiting Assistant Professor at FPCE/University of Coimbra (2020-2021); Visiting Assistant Professor at ESE/IPCB/Castelo Branco (2021-2023).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8685-2893>

Referências

- Alarcão M., 2000. (Des)Equilíbrios familiares: uma visão sistémica. Coimbra, Quarteto Editora.
- Artz S, Jackson M, Rossiter K, Nijdam-Jones A, Géczy I, Porteous S, 2014. A comprehensive review of the literature on the impact of exposure to intimate partner violence for children and youth. *International Journal of Child, Youth and Family Studies*, 5(4): pp. 493-587, <https://doi.org/10.18357/ijcyfs54201413274>

- Bandura A, 1977. Social learning theory. New Jersey: Prentice-Hall, Englewood Cliffs.
- Bandura A, Ross D, Ross, S 1961. Transmission of aggression through imitation of aggressive models. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 63(3): 575–582, <http://doi.org/10.1037/h0045925>
- Bardin L, 2011. *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Browne A, 1993. Violence against women by male partners: prevalence, outcomes, and policy implications. *American Psychologist* 48 (10): 1077-1087, <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0003-066X.48.10.1077>
- Carlson J, Voith L, Brown J, Holmes M, 2019. Viewing children’s exposure to intimate partner violence through a developmental, social-ecological, and survivor lens: the current state of the field, challenges, and future directions. *Violence Against Women* 25(1): 6-28, <https://doi.org/10.1177/1077801218816187>
- CIG, 2016. A violência doméstica: caracterização do fenómeno e respostas à sua erradicação. In AAVV, *Violência doméstica: implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno*. Lisboa, CEJ, pp. 20-67.
- CNPDPJ, 2023. *Avaliação da atividade das CPCJ – relatório anual 2022*. Lisboa, CNPDPCJ.
- Cirillo S, Di Blasio P, 1997. *Ninos maltratados — diagnóstico y terapia familiar*. Paidós.
- Emery R, Laumann-Billings L, 1998. An overview of the nature, causes, and consequences of abusive family relationships: toward differentiating maltreatment and violence. *American Psychologist* 53(2): 121-135, <https://doi.org/10.1037//0003-066x.53.2.121>
- Fantuzzo J, DePaola L, Lambert L, Martino T, Anderson G, Sutton S, 1991. Effects of interparental violence on the psychological and of young children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology* 59(2): 258-265, <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0022-006X.59.2.258>
- Fong V, Hawes D, Allen J, 2017. A systematic review of risk and protective factors for externalizing problems in children exposed to intimate partner violence. *Trauma Violence & Abuse*, 20(2), <https://doi.org/10.1177/1524838017692383>
- Fonseca N, Menezes M, 2022. Serviço Social da Guardinha: a intervenção com crianças e adolescentes num contexto pandémico. *Gestão e Desenvolvimento* 30: 267-288, <https://doi.org/10.34632/gestaoedesenvolvimento.2022.11329>
- Fortin. M. (1996). *O processo de investigação*. Loures, Lusociência.
- Gershoff E, Grogan-Kaylor A, 2016. Spanking and child outcomes: old controversies and new meta-analyses. *Journal of Family Psychology*, 30(4): 453-469, <http://dx.doi.org/10.1037/fam0000191>
- Guerra P, 2021. *Toda a criança quer viver em família: os colos da lei*. Público, <https://bit.ly/43MQiVG>
- Grevio, 2019. *Baseline evaluation report: Portugal*. Strasbourg, Council of Europe.
- Grinberg, L. & Grinberg, R. (1998). *Identidade e mudança*. Lisboa, Climepsi.
- Holmes M, Berg K, Bender A, Evans K, O'Donnell K, Miller E, 2022. Nearly 50 years of child exposure to intimate partner violence empirical research: evidence mapping, overarching themes and future directions. *Journal of Family Violence* 37: 1207-1219, <https://doi.org/10.1007/s10896-021-00349-3>

- Howell K, Barnes S, Miller L, Graham-Bermann S, 2016. Developmental variations in the impact of intimate partner violence exposure during childhood. *Journal of Injury and Violence Research* 8(1): 43-57, doi: <http://dx.doi.org/10.5249/jivr.v8i1.663>
- Jouriles E, Murphy C, O'Leary K, 1987. Interspousal aggression, marital discord and child problems. *Journal of Consulting and Clinical psychological* 57(3): 453-455, <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0022-006X.57.3.453>
- Kerig P, 1998. Moderators and mediators of the effects of interparental conflict on children's adjustment. *Journal of Abnormal Child Psychology* 26(3): 199-212, <https://doi.org/10.1023/a:1022672201957>
- Kertesz M, Fodgen L, Humphreys C, 2021. Domestic violence and the impact on children. In Devaney J, Bradbury-Jones C, Macy R, Øverlien C, Holt S, (ed.). *The Routledge international handbook of domestic violence and abuse*. New York, Routledge, pp. 128-140.
- Kiess H, Bloomquist D, 1985. *Psychological research methods a conceptual approach*, London, Allyn & Bacon.
- Lawson J, 2019. Domestic violence as child maltreatment: differential risks and outcomes among cases referred to child welfare agencies for domestic violence exposure. *Children and Youth Services Review* 98: 32-41, <https://doi.org/10.1016/j.chidyouth.2018.12.017>
- Lusa, 2019. Crianças e jovens assistiram a mais de 84 mil situações de violência doméstica em oito anos. Público, <https://bit.ly/3Z5g076>
- MAI, 2022. *Violência doméstica: relatório anual de monitorização 2021*. Lisboa, SGMAI.
- Matos A, 2001. *A depressão*, Lisboa, Climepsi.
- Otaguiri A, Siqueira A, D'Affonseca A, 2022. Intervenções com grupos de mães e filhos expostos à VPI: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia Teoria e Prática* 24(1): 1-24, <https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPCP13295.pt>
- Paulino M, 2020. Violência doméstica e exposição à violência interparental. In *Jornadas sobre violência doméstica*. Lisboa, OA Conselho Regional de Lisboa, pp. 108-113.
- Paulino M, 2019. Violência doméstica: impacto na estabilidade emocional das crianças acolhidas com familiares em casas de abrigo. In *AAVV, Prevenir ou promover: uma solução para as crianças*, Lisboa, CEJ, pp. 77-87.
- Peled E, Davis D, 1995. *Groupwork with children of battered woman: A practitioner's guide*, London, Sage Publications.
- Ravi K, Tonui B, 2020. A systematic review of the child exposure to domestic violence scale. *British Journal of Social Work*, 50: 101-118, <https://doi.org/10.1093/bjsw/bcz028>
- Rieffel R, 2003. *Sociologia dos media*, Porto, Porto Editora.
- Rodrigues M, 2017. *Violência doméstica e envolvimento parental na escola: perspectivas de mães e filhos*. Tese de Doutoramento, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Sá E, 2002. *A vida não se aprende nos livros*, Lisboa, Oficina do Livro.
- Sani A, Carvalho C, 2018. Violência doméstica e crianças em risco: estudo empírico com autos da polícia portuguesa, <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e34417>

- Sani A, Cardoso D, 2013. A exposição da criança à violência interpARENTAL: uma violência que não é crime. *Revista Julgar Online*, 4: 1-10, <https://bit.ly/44WPGxS>
- Sani A, 2002b. Crianças exposta à violência interpARENTAL. In C. Machado & R. Gonçalves. *Violência e vítimas de crime*, 2, Coimbra, Quarteto Editora, pp. 95-127.
- Sani A, 2002a. As crianças e a violência – Narrativas de crianças vítimas e testemunhas de Crimes, Coimbra, Quarteto Editora.
- Savopoulos P, et al., 2023. Intimate partner violence and child and adolescent cognitive development: a systematic review. *Trauma, Violence & Abuse*, 24(3): 1882-1907, <https://doi.org/10.1177/15248380221082081>
- Senra L, Lourenço L, Pereira B, 2011. Características da relação entre violência doméstica e bullying: Revisão Sistemática da Literatura. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 4(3): 297-309.
- SIG, 2023. Relatório anual de segurança interna 2022, <https://bit.ly/48fD06y>
- Silva L, 1995. Entre marido e mulher alguém meta a colher, Santa Maria da Feira, A Bolina.
- Vesterdal, J. (1991). Aspectos criminológicos dos maus tratos. *Infância e Juventude* (ed. Especial), pp 49-84.
- Walker L, 1994. *Abused women and survivor therapy: a practical guide for the psychotherapist*, Washington, DC, American Psychological Association.
- XXII Governo Constitucional, 2020. Guia de intervenção integrada junto de crianças ou jovens vítimas de violência doméstica. Lisboa, Ministério da Educação e Ciência.
- Yaseen S, Jan S, Tabasum Z, 2020. Impact of domestic violence on children. *Journal of Critical Reviews*, 7(12): 4812-4816, [10.31838/jcdr.2020.7.12.687](https://doi.org/10.31838/jcdr.2020.7.12.687)

Creative Commons licensing terms

Author(s) will retain the copyright of their published articles agreeing that a Creative Commons Attribution 4.0 International License (CC BY 4.0) terms will be applied to their work. Under the terms of this license, no permission is required from the author(s) or publisher for members of the community to copy, distribute, transmit or adapt the article content, providing a proper, prominent and unambiguous attribution to the authors in a manner that makes clear that the materials are being reused under permission of a Creative Commons License. Views, opinions and conclusions expressed in this research article are views, opinions and conclusions of the author(s). Open Access Publishing Group and European Journal of Social Sciences Studies shall not be responsible or answerable for any loss, damage or liability caused in relation to/arising out of conflicts of interest, copyright violations and inappropriate or inaccurate use of any kind content related or integrated into the research work. All the published works are meeting the Open Access Publishing requirements and can be freely accessed, shared, modified, distributed and used in educational, commercial and non-commercial purposes under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License \(CC BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).